

Militares e Modernidade: conexões teóricas entre conhecimento científico e ideologia na formação dos oficiais do Exército brasileiro (1810-1864)

Ana Paula Lima Tibola*

Resumo: Em 4 de dezembro de 1810, foi publicada a carta de lei que criou uma Academia Real Militar na Corte e cidade do Rio de Janeiro. A Academia foi idealizada pelo Ministro das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho. No episódio da invasão de Napoleão Bonaparte, fora D. Rodrigo quem mais defendeu a instalação da Corte portuguesa no Brasil. No entender do Ministro, a preservação da colônia americana seria imprescindível para garantir a soberania de Portugal. Logo, tornava-se fundamental a existência de um Exército forte e organizado. Uma análise dos estatutos da Academia – que definiam currículos e metodologia de ensino – mostra que a formação dos oficiais do Exército fazia parte de um projeto modernizador, essencialmente ligado ao Racionalismo moderno. Este Racionalismo fundamentou a concepção de ciência moderna, de secularização do mundo e de busca pelo progresso através de um método pautado no conhecimento matemático. Na década de 1850, os estudantes militares lançaram, nas páginas do jornal *O militar*, duras críticas à elite política imperial. Pretende-se com esse artigo, portanto, estabelecer possíveis relações entre os pressupostos teórico-metodológicos que formavam os oficiais – presentes nos currículos e livros-texto da Academia - e o discurso desses militares.

Palavras-chave: Militares – Modernidade – História das Idéias

Abstract: On December 4, 1810, was published the letter of the law that created a Royal Military Academy in the Court and city of Rio de Janeiro. The Academy was created by the Minister of Secretaries of State for Foreign Affairs and War, D. Rodrigo de Souza Coutinho. In the episode of the invasion of Napoleon Bonaparte, outside D. Rodrigo who advocated the installation of more Portuguese Court in Brazil. According to the Minister, the preservation of the American colonies would be essential to ensure the sovereignty of Portugal. Therefore, it is essential for an army strong and organized. An analysis of the statutes of the Academy - that defining curricula and teaching methodology - shows that the training of officers of the Army was part of a modernization project, essentially linked to modern Rationalism. This Rationalism substantiate the design of modern science, secularization of the world and the search for progress through a method based on mathematical knowledge. In the decade of 1850, students launched military, in the pages of the newspaper *The military*, harsh criticism of the imperial political elite. It is with this article, therefore, to establish possible links between the theoretical and methodological assumptions that formed the officers - in curricula and text-books of the Academy - and the speech of soldiers.

Keywords: Military - Modern - History of Ideas

* Doutoranda em História pela PUC-RS e bolsista do CNPQ.

Em 26 de outubro de 1854, o jornal *O Militar* postava em suas páginas que “Cada época é uma paixão, que a caracteriza e que a domina. A grande paixão, o pensamento dominante do nosso tempo, é o aperfeiçoamento social, é o progresso.” (O MILITAR, 1854)

O objetivo deste trabalho é identificar possíveis conexões entre a formação acadêmica e o discurso dos militares que frequentaram a Academia Real Militar entre 1810 e 1850. Para isso utiliza-se da interpretação dos referenciais teóricos estabelecidos pelo estatuto da Escola e da produção dos seus professores e alunos. Para fins desse artigo, serão colocadas algumas questões referentes aos livros-texto utilizados na formação dos alunos e ao jornal *O militar*.

Tal análise baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História das Idéias. A história das idéias, que segundo Franklin Baumer “concentra-se nas idéias dos homens, no mundo interior do pensamento, enquanto eles habitam em grande parte no mundo exterior da ação” (BAUMER, 1977:21), nasceu na história política e foi alargada por tratar de assuntos que “abrem os muros”. Essa concepção de história das idéias possui um método que permite buscar as idéias que subsidiaram a formação do corpo técnico que constituiu parte dos aparelhos do Estado, caso do Exército, na primeira metade do século XIX. Buscar a compreensão do conhecimento científico, assim como da ideologia desse corpo técnico é uma possibilidade de compreender o pensamento militar dessa época. No entanto, o militar que está em questão é aquele ligado institucionalmente a Academia.

É importante esclarecer que tal análise encontra-se envolvida no limite imposto a toda pesquisa histórica, qual seja, a impossibilidade de se alcançar verdades totalizantes. Nesse sentido, pretende-se apresentar **uma** leitura, cuja principal preocupação é acrescentar diferentes perspectivas aos trabalhos que elegem “os militares” como objeto de investigação.

Segundo o seu estatuto, a Academia deveria “Formar oficiais de Artilharia, oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais”. (MOTA, 2001:21). Assim, foi na Escola Real Militar que surgiu o primeiro curso de engenharia do Brasil. O Exército foi o responsável pela formação dos engenheiros civis até 1874. Além desses oficiais que passaram a ser chamados de “científicos”, a Academia deveria formar oficiais de Infantaria e de Cavalaria. O currículo da academia era dividido em sete anos, sendo a aplicação diferenciada aos alunos da Artilharia e engenharia e aos alunos da Infantaria e Cavalaria.

Somente aos alunos de Artilharia e engenharia era exigido o curso completo. Os aspirantes a infantaria e cavalaria precisavam cursar somente o primeiro ano, equivalente a um nível ginásial e colegial, e os assuntos militares do quinto ano. Esse currículo permaneceu

inalterado até 1832, no contexto das crises regenciais. Entre 1832 e 1850, o Estatuto passou por algumas reformas. Essas reformas resultaram da crítica em relação à eficiência no preparo dos oficiais “técnicos”. O currículo deveria ser revisto pela sua complexidade, no que se refere à demasia das disciplinas “científicas”, e pela fragilidade na formação de oficiais-soldados. As reformas, no entanto, não alteraram significativamente o currículo neste período.

Foi a partir de 1850, com a Lei de seis de setembro de Manuel Felizardo, que o curso da Academia Militar passou a ser obrigatório para se alcançar as patentes de oficial. Antes da Lei de seis de setembro, para se chegar as patentes mais altas o critério não era a instrução. O aspecto decisivo era a origem social, as relações de poder, a dedicação à Coroa. Entretanto, muitos oficiais passaram pelos bancos da Academia. Segundo Jeová Mota, entre 1812 e 1850 pelo menos cerca de setenta alunos eram matriculados a cada ano na Academia. É nesse grupo de militares que pretendemos nos concentrar.

A Academia Real Militar foi idealizada pelo Ministro das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho. O Ministro, no episódio da invasão de Napoleão Bonaparte, fora quem mais defendeu a saída da Família Real de Portugal e a instalação da Corte no Brasil. No entender de D. Rodrigo, a preservação da colônia americana seria imprescindível para garantir a soberania de Portugal. Já no Brasil, tratou de executar diversas medidas de desenvolvimento da colônia, entre elas, reformar o Exército. Por sua atuação, recebeu de D. João VI o título de Conde de Linhares. O Conde de Linhares, segundo Nívea Pombo:

Por aqui realizou velhos projetos, como a abertura de estradas e redes fluviais para facilitar as transações mercantis. Em Minas Gerais, incentivou a abertura da Fábrica de Ferro do Pilar, com o objetivo de diminuir a dependência dos produtos ingleses. Elaborou planos para a criação de ovelhas destinadas à indústria da lã. Planejou o primeiro Banco do Brasil, fundado em 1812. Reformou as tropas de linha e de milícia, construiu novas fortificações e promoveu estudos de defesa militar (POMBO, 2008).

Conhecedor da falência que, tradicionalmente, marcara as Forças Armadas portuguesas, o Conde de Linhares tratou de criar um Exército forte e organizado, preparado para fazer a Guerra. A Guerra, no entanto, não se limitava às batalhas com o inimigo externo. O teatro de operações era um imenso domínio, que deveria ter suas fronteiras protegidas, mas, sobretudo, deveria livrar-se dos obstáculos que pudessem impedir o aproveitamento do Brasil em benefício de Portugal. Esses óbices poderiam ser tanto a dificuldade de integração quanto a falta de domínio do uso dos recursos naturais. Esses recursos naturais seriam capazes de proporcionar não só a segurança como também o desenvolvimento da colônia.

Em relação à organização militar, o Conde de Linhares partilhava das mesmas idéias do Conde de Lippe e do Marques de Pombal de quem era afillhado. O Conde de Lippe foi um militar alemão, chamado por D. José para reorganizar o Exército de Portugal no contexto da Reforma Pombalina em 1772¹. O Conde de Lippe é conhecido por elaborar o temido Código Penal Militar, que vigorou no Exército brasileiro até 1908. Segundo José Silvestre Ribeiro:

Ao elaborar plano de uma biblioteca para oficiais, o conde de Lippe escreveu: A guerra não é para os oficiais um ofício, é uma ciência, e cada um de seus ramos requer estudos especiais; 2) A experiência é uma prática cega que por modo algum dispensa a instrução prévia das teorias científicas; 3) A ignorância em coisas de guerra dá lugar à presunção vaidosa ou a apreensões frívolas, e é certo que, na presença de inimigo hábil, a ignorância dos recursos da arte é igualmente funesta aos valorosos e aos fracos; 4) A falta de instrução tolhe a verdadeira inteligência do espírito das ordens; as luzes adquiridas pelo estatuto são tão necessárias para saber obedecer como para saber obedecer como para comandar. (RIBEIRO apud MOTA, 2001:19)

Nesse sentido, as funções da instituição militar estariam além da prática em manusear armas e marchar contra os invasores. A concepção de Exército, naquele tempo, difere da concepção atual do termo. Para o idealizador da Escola Real Militar, a garantia da soberania de Portugal implicava na formação de oficiais competentes e aptos a comandar a ampla atividade dos militares naquele momento. Logo, a partir das concepções do Conde de Linhares, baseadas na racionalização do ensino, foi formulado o Estatuto da Escola Real Militar. A criação da Academia deve ser entendida como produto da Reforma de 1772. Segundo Ruth Maria Chittó Gauer:

Sobre a tarefa de realização da Reforma de 1772, podemos afirmar que o Estado, chamando pra si a responsabilidade de realizar a Reforma universitária, criou um ensino superior vinculado aos seus próprios interesses. Dados esses pressupostos e tomando a concepção de ciência que a comissão responsável pela Reforma demonstrou, é possível perceber que Pombal e o corpo de reformadores que o assessorava concebiam o campo científico como o caminho para construir o 'verdadeiro homem', o progresso econômico e social, a 'felicidade humana', o encontro do 'verdadeiro Deus', assim como para chegar ao conhecimento da 'verdadeira natureza'. Na visão dos reformadores, a ciência teve um sentido, o sentido de solucionar os problemas humanos, de transformar a história da civilização portuguesa. (GAUER, 1997:136)

1 “É fundamental definir, para pensar a Reforma Pombalina, que a concepção de uma linha divisória, como limite rígido que separa dois domínios do saber – Escolástica tradicional e Racionalismo Moderno – vincula-se a uma metáfora que possibilita uma análise comparada. A modernidade é aqui pensada como um modo de civilização fundado pelo Racionalismo moderno. Esse Racionalismo embasou toda a concepção de Ciência moderna, criou uma consciência secularizada, uma fé inabalável na razão, uma crença no progresso o qual destruiria à tradição e criaria condições ideais para o desenvolvimento humano. O projeto moderno introduzido pelas reformas do pensamento nas universidades, nesse período, gestou um sistema de valores o qual se universalizou e unificou o pensamento moderno. In: GAUER. Ruth Maria Chittó. *A Construção do Estado-Nação no Brasil: a contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá Editora, 1997. p. 135.

A Academia cujo estatuto é fruto do racionalismo científico moderno, formou uma linha de pensamento que se tornou uma tradição dentro das escolas militares no Brasil. O objetivo geral da pesquisa é identificar as conexões teóricas entre o conhecimento (científico) e a ideologia, que embasavam a formação desse grupo.

Segundo Aurélio de Lyra Tavares:

Com a nacionalização e a secularização do ensino, promovida por Pombal, multiplicam-se os centros militares de preparação. Surgiram as Aulas de Matemática em cada Regimento de Artilharia, ao mesmo tempo em que se organizava o real Corpo de Engenheiros, com a colaboração de estrangeiros contratados e a tradução dos melhores livros existentes na época. (TAVARES, 1985, 147)

Os livros-texto eram produzidos pelos professores, com base em autores pré-estabelecidos pelo estatuto da academia. Posteriormente os Compêndios eram submetidos a uma Junta Militar que aprovava ou não os livros. Segundo o Estatuto:

*O Lente do primeiro ano ensinará Aritmética e Álgebra até as Equações do terceiro e quarto grau, a Geometria, a Trigonometria Retilínea, dando também as primeiras noções da Esférica. (...) O Lente ensinará logo a Álgebra, cingindo-se quanto poder, ao método do célebre Euler nos seus excelentes elementos da mesma ciência, debaixo de cujos princípios e da aritmética e da álgebra de La Croix, formará o compêndio para seu curso, e depois explicará a excelente geometria e trigonometria retilínea de Le Grande, dando também as primeiras noções da sua trigonometria esférica; abrangendo assim um princípio de curso matemático muito interessante, no qual procurará fazer entender aos seus alunos toda a beleza e extensão do cálculo algébrico nas potências, nas quantidades exponenciais, nos logaritmos e cálculos de anuidades, assim como familiarizá-los com as fórmulas de trigonometria, de que lhe mostrará as suas vastas aplicações; trabalhando muito em exercitá-los nos diversos problemas, e **procurando desenvolver aquele espírito de invenção que nas ciências matemáticas conduz as maiores descobertas.** (Grifo meu).²*

Essa citação revela a importância da matemática no pensamento dos idealizadores da Academia. O documento só pode ser entendido se inserido no tempo em que foi formulado. Dentro de uma cosmovisão de ciência moderna que “criou um novo homem, cujo valor se encontrava não mais na linhagem familiar, mas no prestígio resultante do seu esforço e capacidade de produzir” (GAUER, 2001:102).

O conteúdo dos livros-texto demonstra essa cosmovisão onde o homem, ao racionalizar o conhecimento passa a ter o domínio da natureza, podendo, então, não só

2 Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810: “cria uma Academia Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro” e prescreve-lhe Estatuto. (coleção de Leis do Brasil).

observar, mas transformá-la em benefício próprio. As idéias de **projeto** e **progresso** estão sempre presentes, impulsionadas pela “crença” na superação. O domínio da natureza e, por conseguinte, da matemática, justificavam a aplicação das disciplinas “científicas” dentro da Academia Militar. No compêndio *Elementos da Astronomia*, o sargento mor do corpo de engenheiros Manuel Ferreira de Araújo Guimarães advertia que “A astronomia física de *Bio*, as obras de *Vince*, de *Mackay*, e outros astrônomos ingleses fornecerão para esse Compêndio, o qual parece conter daquela ciência os conhecimentos necessários a um militar”. Além de lente da academia, Araújo Guimarães foi redator do jornal *O Patriota*, periódico que circulou no Brasil entre os anos de 1813 e 1814. O prospecto do jornal dizia o seguinte:

Este jornal será consagrado às ciências, literatura, política, comércio, agricultura, etc. Quanto à primeira parte, compreenderá as últimas descobertas nas ciências e artes. Com preferência as que forem devidas a autores nacionais, observações físicas e metalúrgicas do nosso continente, contando-se nas primeiras as do termômetro e barômetro, que servirão para conhecer o estado da nossa atmosfera em diferentes épocas, e ajuizar do nosso clima e temperatura média; expor-se-ão alguns trabalhos geodésicos dos mais hábeis engenheiros, indagações geográficas do Brasil, e outros objetos tão variados como interessantes: na parte da literatura dar-se-ão memórias ou discursos sobre objetos de eloquência, história e poesia, e as composições em cada uma dessas classes, que pareceram dignas do prelo... (O PATRIOTA, 1811)

Recentemente o jornal *O Patriota* foi analisado por alguns historiadores no livro *Iluminismo e Império no Brasil*. A obra traz, além dos artigos, todos os exemplares do periódico digitalizados. Trata-se de uma fonte fundamental para se entender o pensamento daquele período e, é importante enfatizar, que o redator deste jornal é um militar e está ligado a Academia Real Militar. No entanto, para fins desse artigo, a análise ficará centrada no jornal *O Militar*.

O jornal “O Militar”, diversas vezes citado por John Schulz em *O Exército na Política*, deu voz aos militares, pouco referidos nos estudos que tratam do Império. Esse periódico esboça as idéias de modernização contidas no pensamento dos militares naquele período. Segundo Adriana Barreto de Souza, apesar da versão corrente da historiografia entender que o jornal era feito pelos alunos da Escola Militar, “a origem da informação é desconhecida”. No entanto, a autora após exaustiva investigação que pudesse apontar os fundadores do jornal³. A partir da pesquisa que realizou, Souza levantou consideráveis indícios da ligação entre os

3 Ver, principalmente o item “A emergência de uma nova proposta: *O Militar*”. (SOUZA, 1999:149)

alunos da Academia Militar com o jornal *O Militar*: “Diante das expectativas e das próprias frustrações que o projeto conservador de reforma do Exército criou, no final da década de 1850, (...) é possível que esse grupo unido sob o teto da escola, tenha dado origem ao periódico *O Militar*” (SOUZA, 1999:161). Ainda segundo a autora:

As discussões são inúmeras e a abordagem dos temas propostos pelos artigos é de importância fundamental para a compreensão das bases de formulação, senão do que se costuma denominar pensamento militar brasileiro, ao menos de uma de suas principais vertentes. Para John Schulz, neles se encontram as raízes das formulações intervencionistas que anos depois engendrariam a proclamação da república, e as diversas intervenções que caracterizariam a história política do Brasil no século XX. (SOUZA, 1999:154)

O cenário, apesar da série de inovações trazidas pelo deslocamento da corte de Portugal para o Rio de Janeiro, estava impregnado de vícios impostos pelo Brasil Colonial. É justamente no descompasso dessa realidade “feudal” com as idéias “modernas”, que pairavam na Academia Real Militar, que percebemos as motivações dos militares naquele momento. Segundo Schulz:

Nessa época [meados de 1850], a academia militar do Rio constituía uma ilha-bem informada em meio à ignorância geral da sociedade. Os estudantes militares, ao contrário da maioria dos seus compatriotas, eram de opinião que o Brasil precisava lutar para implantar aqui as conquistas econômicas da Inglaterra e da França: industrialização, construção de estradas de ferro, abolição da escravatura, educação generalizada e um governo honesto com carreiras abertas ao talento. (SCHULZ, 1994:18)

Em 20 de setembro de 1854, *O Militar* dizia o seguinte:

O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos da idéia de feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira a essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbárie... (O MILITAR, 1854)

O conflito se dava antes pelas idéias modernas em choque com um espaço colonial, do que entre uma classe militar (quase que formada por uma classe média) e uma classe “legista”, oriunda de famílias abastadas, que estaria vinculada a elite política. Embora o alvo dos militares seja esse corpo legista, não podemos esquecer que os ataques se dão ao sistema político. E, não por este ser liberal, mas por justamente se dizer um modelo liberal que demonstra atraso em relação à aplicação desse modelo em outros países com a Inglaterra.

Para os militares, o liberalismo não era um modelo exótico, e sim, mal aplicado, ou melhor, aplicado ao benefício da elite corrupta. Segundo Schulz:

Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. (SCHULZ, 1994:31)

Para esses militares, como nos coloca Schulz, a base da modernização seria o processo de *Abolição*. Somente o fim da escravidão impulsionaria a economia do Império.

O Militar acreditava que a escravidão impedia a imigração e a modernização do Brasil em geral, além de dar ao país uma má reputação aos olhos do mundo. Após o término do fluxo de escravos precedentes da África o Brasil precisava de novos trabalhadores, e os oficiais sugeriram a imigração européia. Influenciados pelas idéias racistas da época, os oficiais acreditavam que a imigração iria melhorar o sangue do país, fornecendo ao mesmo tempo homens que trabalhariam com mais afinco do que os ‘preguiçosos’ escravos. (SCHULZ, 1994:47)

Os militares atribuíam à classe “legista” a manutenção dos entraves que freavam o progresso do país. A partir das páginas de *O Militar* é possível identificar um discurso modernizador por parte dos redatores do jornal, ao que tudo indica, alunos da Academia Real Militar. Portanto, uma grande influência da concepção de ciência moderna – explícita no Estatuto e nos manuais utilizados pela Academia – na ideologia dos militares que lá estudaram.

Bibliografia

- ALVES, C. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (60). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>> [ISSN: 1138-9788]
- ALVES, Claudia. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COELHO, Edmundo Campos Coelho. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Construção do Estado-Nação no Brasil: A contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá Editora, 1997.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

POMBO, Nívea. *O inventor do Brasil*. Revista de história da Biblioteca Nacional. Edição n 33, junho de 2008.

SCHULZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar. 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. “A serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro.” IN: CASTRO, Celso; IZECKSONHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Nosso Exército: essa grande escola*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.